

*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica.* VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E SUSTENTABILIDADE: UMA APLICAÇÃO DOS CONCEITOS EM AGROINDÚSTRIA FORMADA POR AGRICULTORES FAMILIARES

RICÉLIA MARIA MARINHO SALES (UFCG) - riceliamms@gmail.com

Geógrafa, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PPGRN), pelo Centro de Tecnologia em Recursos Naturais (CTRN) da UFCG

Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) - gacandido@uol.com.br

Administrador, Professor Titular da UFCG e Vinculado ao PPGRN/CTRN/UFCG

Maria da Paz Nascimento dos Santos e Silva (UFCG) - dapazesilva@yahoo.com.br

Agrônoma, Funcionária da EMATER e, aluna no Curso de Especialização do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA)/UFCG e, Presidente da Associação Comunitária de São João II

Luís Gustavo de Lima Sales (UFCG) - gustavo_doutorado@hotmail.com

Geógrafo, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PPGRN), pelo Centro de Tecnologia em Recursos Naturais (CTRN) da UFCG



DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E SUSTENTABILIDADE: UMA APLICAÇÃO DOS CONCEITOS EM AGROINDÚSTRIA FORMADA POR AGRICULTORES FAMILIARES

Eixo Temático: A sustentabilidade dos Biomas Brasileiros e as Políticas Públicas – Agricultura familiar, ecológica e orgânica

RESUMO:

Entende-se que, é necessário descortinar as nuances que existem na construção do conceito de desenvolvimento e, que é continuamente divulgado, aceito e incorporado por cidadãos comuns, planejadores e, principalmente pelos financiadores do desenvolvimento. Identifica-se a necessidade de uma releitura e transformação das características do desenvolvimento vinculado ao modelo dominante e, uma associação ao modelo “alternativo”, o qual baseia-se nas ações coletivas planejadas e concretizadas a partir da gestão solidária, da descentralização do poder e, da emancipação social, alicerçado nos princípios de igualdade, solidariedade e proteção à natureza. O objetivo deste é analisar as formas de organização da agroindústria de polpa de frutas existente no assentamento São João II-Pombal/PB a partir dos aspectos relacionados à agricultura familiar e aos princípios do desenvolvimento alternativo e, da sustentabilidade. A hipótese é que a lógica da agricultura familiar, no município de Pombal, precisa ultrapassar os princípios puramente capitalista baseada no tripé: produção – riqueza – bem estar e, apoiar-se na terra – trabalho – emancipação social. Para tanto a metodologia divide-se em dois momentos um de cunho teórico que apresentou uma abordagem analítica-discursiva arquitetada no enfoque sistêmico. E, o segundo de natureza prática: a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e o levantamento de dados secundários e primários. Os dados primários foram construídos a partir de: questionários, formulários e entrevista semiestruturada; mapas e maquetes; imagens de satélite e fotografias aéreas (para demonstrar a situação atual da unidade de produção). Por fim, nota-se que a forma de organização ultrapassa o modelo de desenvolvimento pautado no aspecto meramente econômico, pois a preocupação dos agricultores não é ter uma influência direta no PIB municipal, mas é ter a capacidade de motivar vidas a



permanecer convivendo com as especificidades locais, sem se conformar com o sofrimento, sem esperar e, sim tornando-se agentes de seus próprios destinos e, buscando melhor condição de vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento Alternativo; Sustentabilidade; Agricultura Familiar; Agroindústria; Pombal-PB

ABSTRACT:

It is understood that it is necessary to uncover the tones that exist in the construction and development of the concept, which is continuously circulated, accepted and incorporated by ordinary citizens, planners, and especially the development lenders. Identifies the need for a reinterpretation and transformation of development characteristics linked to the dominant model and an association model to the "alternative", which is based on the collective actions planned and realized from the joint management, the decentralization of power and , social emancipation, based on the principles of equality, solidarity and protection of nature. The objective is to analyze the forms of organization of agro fruit pulp existing settlement in St. John II-Pombal/PB from the aspects related to family farming and the principles of alternative development and sustainability. The hypothesis is that the logic of family farming in the municipality of Pombal, must overcome the purely capitalistic principles based on three pillars: production–wealth-welfare and support on the ground-work-social emancipation. Therefore the methodology is divided into two phases one of which presented a theoretical-discursive analytical approach devised the systemic approach. And, the second of a practical nature: a literature review, fieldwork and survey of primary and secondary data. Primary data were constructed from questionnaires, forms and semistructured interviews, maps and models, satellite images and aerial photographs (to show the current status of the production unit). Finally, we note that the form of organization beyond the development model guided the merely economic aspect, because the concern of farmers is not having a direct influence on the municipal GDP (Gross domestic Product), but it has the ability to motivate lives to remain living with local specificities, without conforming to the suffering, and without waiting, rather becoming agents of their own destiny and seeking better life.

Keywords: Alternative Development, Sustainability, Family Farming, Agribusiness; Pombal-PB.



INTRODUÇÃO

Inicialmente, entende-se que, é necessário descortinar as nuances que existem na construção do conceito de desenvolvimento e, que é continuamente divulgado, aceito e incorporado por cidadãos comuns, planejadores e, principalmente pelos financiadores do desenvolvimento.

O desenvolvimento é um conceito criado juntamente com o modelo capitalista visando à dominação da maioria dos países do mundo, através do controle e da regularização da economia e, da desvalorização dos recursos da natureza por parte de um grupo específico de pessoas e de países. E, nele encontra-se imbuído as contradições e as desigualdades que alimentam o próprio sistema social e econômico (SANTOS, 2007).

A história demonstra que o desenvolvimento só passa a existir quando houve uma separação entre países e povos. Que de modo pouco igualitário classificou poucos países em desenvolvidos e, muitos em subdesenvolvidos. Neste momento a economia passou a ser uma regra e, não havia lugares para exceções. Assim, desde 1776 quando houve a publicação da obra de Adam Smith “A riqueza das nações” houve então uma vinculação muito forte entre o desenvolvimento e, o crescimento econômico (POLANYI, 2000). Este fato corrobora com a desvalorização dos aspectos sociais, culturais e morais e, coloca o crescimento econômico como fator dominante.

A atualidade que nada mais é do que o reflexo desta construção apresenta algumas marcas que a diferencia dentre os períodos históricos vividos pelos seres humanos. Assim, é possível identificar que o desenvolvimento passa a ser um elemento norteador de ações que constroem, destroem e/ou reconstroem objetos e relações sociais em um determinado espaço visando torná-lo atrativo aos interesses do capital e articulá-lo em redes invisíveis (CASTELLS, 2007).

Vê-se que as contradições e as subjetividades de grupos e/ou indivíduos contribuiu com o desenvolvimento no sentido de ao longo do tempo estruturar basicamente duas vertentes. Uma, que foi norteadora pela lógica do capital e, outra, que foi a popularização do conceito que passou a ser sinônimo de “tábua de salvação” visando resolver problemas emergenciais. E, em ambos os casos o



resultado foi à ganância de atingir melhores índices, agindo apenas quantitativamente para justificar um “avanço”, que nunca ultrapassou os muros de um crescimento econômico que, ora foi capaz de gerar a destruição do material humano da sociedade, ora de destruir a natureza.

No entanto, a grande diferença dos dias atuais é verificar que o desenvolvimento que baseou-se na ocidentalização, na organização de grupos, no crescimento, na escala global, no poder da mecanização e da tecnologia e, que muito contribuiu para enriquecer os donos do capital que numericamente são poucos comparando-os aos habitantes do planeta Terra e, agora apresenta momento decisivo em que a sociedade precisa deixar de ser um acessório da economia (POLANYI, 2000).

É preciso considerar as pequenas formas de organização sociais, tais quais, os agricultores familiares, os camponeses, os indígenas, pois apesar de não apresentarem elementos puramente econômicos, mas estes muitas vezes apresentam o caminho para tornar concreto os princípios e as ações baseados na sustentabilidade, na qualidade de vida, na proteção a natureza, na possibilidade de inclusão das pessoas em atividades produtivas e, na saúde física e mental das pessoas (CARVALHO; FRANCO, 2012).

Mediante esta realidade, Santos e Rodríguez (2002), afirma que esta construção de uma “nova sociedade” é possível, no entanto, as pessoas precisam querer construí-lo. Os autores denominam este tipo de desenvolvimento como “alternativo”. A utilização do adjetivo “alternativo” apresenta-se pela falta de um termo mais adequado, mas refere-se à adoção de práticas e teorias que desafiam os modos do sistema capitalista, ou seja, seria “a conveniência política e teórica de qualificar algo que cede terreno aquilo a que se pretende opor” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 27).

O desenvolvimento alternativo pauta-se na ideia de construção de formas de sociedades mais justas, cuja exploração seja eliminada, ou pelo menos drasticamente reduzida para que haja uma emancipação social. Neste sentido, esta segue os preceitos da autonomia, que um grupo de pessoas pode conseguir a partir das ações coletivas que vise um bem comum, para tanto o grupo precisa de modo



consciente buscar “a apropriação coletiva, a descentralização e a participação no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural” (CATTANI, 2006, p. 44).

Por conseguinte, as pessoas envolvidas no processo de trabalho conseguem apresentar uma forma de organização econômica, segundo Santos e Rodríguez (2002) “baseadas em iniciativas coletivas, geralmente plasmadas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro lado, a necessidade de recorrer à ajuda estatal” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 47), uma vez que, o desenvolvimento alternativo nem acredita numa economia centrada apenas nos meios de produção capitalista, nem também num regime econômico controlado pelo Estado.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento alternativo apresenta uma coluna de sustentação pautada em cinco vertebrae. A primeira refere-se à inclusão de setores e atividades que apresentem baixo poder econômico e, que sejam incentivados a progredir a partir da implantação de valores de igualdade e de cidadania. A segunda, que os atores sociais tenham iniciativas e poder de decisão. A terceira ressalta que tem que haver um foco na escala local. A quarta, a forma de produção é baseada em iniciativas coletivas. A quinta, o comando dos estabelecimentos produtivos deve ser autônomo, ter o poder de autogestão a partir do consenso da comunidade envolvida.

Estas características impulsionam o desejo por aprofundar os estudos a partir de duas vertentes que se complementam. Uma que é o desenvolvimento alternativo e, a outra que é o do desenvolvimento sustentável. Nota-se que o desenvolvimento alternativo é possível de ser concretizado a partir da adoção dos princípios de igualdade, solidariedade e proteção à natureza e, a unidade produtiva apresenta potencial emancipatório, viabilidade e formas de organização coletivas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002). Já o desenvolvimento sustentável, apoiar-se-á na sustentabilidade enquanto um conjunto de valores ligados à identidade, a igualdade, a democracia, a cidadania e ao respeito à natureza (LEFF, 2010).



O ponto de interseção entre o desenvolvimento alternativo e, o desenvolvimento sustentável é o diálogo dos saberes. Este por sua vez é construído a partir da sociedade, da participação popular e da emancipação social. Assim, é relevante que a sociedade conheça a realidade, conviva com as especificidades locais e, se adapte a esta realidade. Logo, percebe-se que o diálogo dos saberes é relevante para o estabelecimento de uma atividade humana e, não seria diferente para o fortalecimento da agricultura familiar.

O desafio de trabalhar a agricultura familiar soma-se ao processo de construção que assim como ocorreu com o conceito de desenvolvimento também é fruto de um processo de divisão planetário que revelam muito mais do que divisões de espaços, mas que esta imbuída da racionalidade dominante que impera entre as relações sociais e, são pontos de conflitos entre a relação sociedade-natureza.

A racionalidade dominante, via de regra, apresenta divisões como resultado de diferenciações que estão imbuídas de ideologias para apontar fortes e fracos, ricos e pobres, novos e velhos. E, facilmente estes elementos são incorporados e, passam a ser usados sem nenhuma preocupação ou mesmo sem levantar nenhum questionamento que gere alguma crítica ao modelo apresentado. A exemplo, Paterniani & Paterniani (2006) afirmam que os povos do Velho Mundo e do Novo Mundo apresentaram os primeiros tipos de agricultura. E, a construção de uma tipologia foi pautada principalmente nas diferenças. O Velho Mundo refere-se ao Oriente Próximo, Ásia e África e, o Novo Mundo a América. Na tabela a seguir é possível identificar as diferenças entre os dois modelos agrícolas.

AGRICULTURA	
Velho Mundo	Novo Mundo
Utilização de trabalho animal	Utilização da força do trabalho humano
Seleção de uniformidade de sementes	Seleção para variabilidade de cores e formas nas espécies domesticadas (Milho, Feijão, Abóbora)
Descobriram a roda	Não descobriram a roda
Domesticação de animais visando o trabalho	Não domesticaram animais para o trabalho
Criação por Pastoreio	Sistema de cultivo de derrubada-queimada

Fonte: Adaptado de Paterniani; Paterniani, 2006 & Mayozer, 2010.



Note-se que esta racionalidade de divisão do Planeta Terra em dois “mundos” trás em seu cerne uma linha de pensamento dominante. É bem verdade que, no mundo existirá uma gama de espécies de plantas e animais que relaciona-se diretamente com fatores biogeoclimático e, assim cada parte da Terra apresenta especificidades que expressará modos diferentes de cultivo e criação. E, por outro lado, ao longo do tempo verifica-se que a agricultura modifica-se mediante o processo histórico ocorrido numa dada região ou espaço geográfico, podendo haver uma permanência e melhoramento ou mesmo uma completa sucessão de práticas e técnicas de culturas e criações. Então, fatores sociais são elementos fundamentais para as transformações na agricultura.

Uma das principais revoluções da humanidade foi o advento da agricultura. Afirma-se que com a agricultura além da mudança no modo de obter alimentos, houve também as transformações sociais, econômicos, culturais e políticas (PATERNIANI; PATERNIANI, 2006; MAYOZER, 2010). Vê-la enquanto um processo é buscar informações de suas origens e, adentrar em diferenças geográficas marcantes que revela a própria organização social das primeiras populações pelo mundo. E, ainda é capaz de revelar as racionalidades que orientam as perspectivas e concepções que traçam as diretrizes de políticas e de ideologias.

Verifica-se que ao longo da história da humanidade a agricultura através do aprimoramento de técnicas foi capaz de aumentar a disponibilidade de alimentos, mas também estabeleceu-se uma relação importante com outros tipos de atividades humanas a exemplo de rituais religiosos, consagrações de eventos sociais sempre com a presença marcante dos produtos da agricultura. Como fruto da expansão do período neolítico até chegar aos sistemas agrários atuais, Mayozer (2010) apresenta elementos que possibilita a criação de uma nova tabela com uma nova divisão geográfica do mundo, mas dessa vez sem o peso dos antônimos.

AGRICULTURA				
Regiões com vegetação Herbácea, Estepes e, Savanas (Euroásia)	Zonas de Florestas Tropicais e Temperadas (África, Ásia e América Latina)	Regiões Áridas (Vales do Nilo, Vales do Indu, Oásis, Vales	Regiões Tropicais Úmidas (China, Índia, Vietnã, Tailândia, Indonésia, Madagáscar,	Regiões Intertropicais

Setentrional, Ásia Central, Oriente Médio, Saara, Sahel, Andes, etc)		do Império Inca)	costa da Guiné na África etc)	
Utilização de trabalho animal	Sistema de cultivo derrubada- queimada	Sistemas agrários hidráulicos (com cultivos de inundação ou irrigados)	Sistema hidráulico por etapas sucessivas (a exemplo da rizicultura aquática)	Com o sistema de cultivo derrubada- queimada formaram-se os Sistemas de Savanas
Sistema de cultivo de cereais pluviais com alqueive, com pastagens e criação associadas, com utilização de pá e enxada e o arado escarificador	Na Zona Tropical - Plantações agroexportador dando origem a sistemas especializados (cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, palmeira para extração de óleo, banana, etc)		Aperfeiçoamento de ferramentas e equipamentos	Sistemas de cultivo temporário com uso de enxada e sem criação e animais
Sistema de alqueive e tração pesada com o uso de arado charrua e da carreta	Na Zona Temperada – produção dos sistemas motorizados, mecanizados, fertilizados com o auxílio de insumos minerais e especializados da atualidade		Aumento do número de colheitas a cada ano	Sistema de cultivo com pastagem e criação de animais
Sistemas de cultivo baseados na cerealicultura com forrageiras e sem alqueive				
Sistema agrário enriquecido com as plantas provenientes da América (batata, milho, etc)				

Fonte: Adaptado de Paterniani; Paterniani, 2006 & Mayozer, 2010.

A diversificação destes sistemas de produção resumem verdadeiros milênios da realização da agricultura que ocorreram de modo diferenciado pelo mundo e, no que tange o desempenho pode-se afirmar que ocorreu de modo desigual e, com utilização de diferentes tipos de equipamentos e, em solos,



condições climáticas e, até mesmo disponibilidade de recursos hídricos também diferenciados.

Identifica-se que apesar da diversificação dos sistemas produtivos houve no Século XIX uma unificação do mercado, como resultado do avanço dos sistemas de transporte. E, este fato revelou de modo gritante as desigualdades. Mayozer (2010) afirma que estas desigualdades aconteceram primeiro, como herança dos próprios sistemas de produção agrícola e, depois pelo desequilíbrio entre o que se produzia e, o retorno da produtividade. Fato que ainda ficou mais severo no Século XX, quando ocorreu a segunda revolução agrícola através dos processos de motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção e, especialização, uma vez que, os preços dos produtos caíram muito em consequência do aumento da produção. E, isto na verdade, para o agricultor foi praticamente mortal.

Com isso pode-se afirmar que existe uma racionalidade da desigualdade dominante que alimenta-se, sobretudo dos períodos de crise que atinge o mundo, de modo direto ou indireto. Por conseguinte, buscam-se soluções para as crises em outros setores econômicos, e deixam-se de lado as atividades agrícolas e, principalmente àquelas praticadas pelos agricultores familiares. Mayozer (2010) afirma categoricamente que “a crise geral contemporânea tem suas raízes na crise geral e ampla das agriculturas camponesas menos dotadas pela natureza e pela história, resultantes essencialmente da concorrência com as agriculturas mais produtivas” (MAYOZER, 2010, p. 47).

As crises demonstram que se chega cada dia mais próximo da urgência de por em prática uma política mundial capaz de respeitar e, de criar alternativas para manter e permitir que os agricultores familiares desenvolvam-se e sejam valorizados. Pois só assim, será possível conter o êxodo rural, o desemprego, a pobreza e restaurar o poder aquisitivo que possibilite manter-se enquanto grupo familiar, mas também possa investir em meios que garanta e melhore a produção. Acredita-se que, “conceder ou recuperar em todos os tipos de agriculturas herdadas do passado a possibilidade de participar da construção de um futuro viável para a humanidade é, segundo nosso ponto de vista, o verdadeiro caminho



para resolver a crise geral da economia mundial contemporânea” (MAYOZER, 2010, p.48).

No entanto, é importante ultrapassar os aspectos puramente econômicos, principalmente no tocante a obtenção de lucro pelo lucro e, até mesmo atingir índices que só revelem as progressões aritméticas e, não sejam capazes de revelar aspectos de magnitudes complementares e fundamentais para garantir o perfeito funcionamento de uma atividade humana, como no caso da agricultura familiar.

É preciso construir espaços concretos que visem minimizar os ambientes de guerra, pobreza e de poluição e, isto pode ser possível a partir do respeito e valorização das especificidades espaciais geradas pela agricultura e sua função social. A função social da agricultura desvenda a relevância de manter viva e, garantir a continuidade das comunidades rurais. A manutenção e dinamismo das comunidades rurais são elementos que precisam ser analisados detalhadamente, pois podem revelar as formas de produção, a necessidade de interação entre as fontes locais e fontes externas de conhecimentos, a necessidade de fortalecer as intervenções políticas, bem como, viabilizar a manutenção do patrimônio natural e cultural.

As intervenções políticas referem-se à construção de um ambiente, que permita a elaboração de políticas públicas, pautada na garantia de uma estabilidade social, ambiental, cultural, econômica e, a equidade. Em pauta, coloca-se também, a preocupação com o processo de evolução da agricultura, uma vez que, esta é uma atividade que esta diretamente vinculada ao futuro da produtividade de alimentos, a segurança alimentar e, também a sustentabilidade ambiental.

Logo, para atingir esta evolução a racionalidade dominante precisa deixar de ser dominante e, para que novos dias tragam a luz e, as diferenças sejam respeitadas e, a cima de tudo, valorizada, para que todos e todas as partes do mundo possam viver e deixar viver. E, assim existirá um espaço para valorização da “produção simples de mercadoria” como fruto do pensamento de Marx (MARX, 1994).



Neste caso analítico, a realidade observada é o espaço rural de Pombal/PB e, a agricultura familiar. A proposta é fazer um contraponto entre o desenvolvimento alternativo e sustentável e, as formas de organização, viabilidade e potencial emancipatório em algumas unidades produtivas de base familiar.

Pombal é um município localizado no Nordeste brasileiro, no estado da Paraíba e, mais precisamente na microrregião de Sousa. Por está inserido na região Nordeste o município encontra-se em uma área tida nacionalmente e internacionalmente como atrasada, como região problema e, fatalmente pouco desenvolvida a partir da interpretação do conceito clássico de desenvolvimento (FURTADO, 1983; FURTADO, 2002; OLIVEIRA, 1981; SUDENE, 1994).

Somam-se, ainda as especificidades de fatores climáticos, que marcam os períodos irregulares de chuvas. E, este elemento natural é algo que na verdade reflete a falta de infraestrutura adequada para manter a regularidade da agricultura familiar e, até mesmo da própria sobrevivência humana. No entanto, sabe-se que estes aspectos naturais não irão sofrer mudanças ao longo do tempo, daí a necessidade de encorpar as discussões sobre como conviver com estes elementos da natureza e, a necessidade de viabilizar alternativas que garantam a sobrevivência no semiárido.

A escolha pela agricultura familiar pauta-se na compreensão de que trata-se de um elemento importante na construção da identidade de um grupo de pessoas. E, em especial trata-se do sertanejo situado no estado da Paraíba, mais precisamente no espaço rural do município de Pombal. Nota-se que é muito forte a relação entre a construção do espaço, a identidade sertaneja e, a agricultura familiar. No entanto, é necessário reconstruir historicamente o processo de ocupação deste espaço para buscar compreendê-lo, através das suas especificidades, aspecto que será abordado a posteriori, mais precisamente durante a discussão sobre os resultados.

Assim, a hipótese central é de que a lógica da agricultura familiar, no município de Pombal, precisa ultrapassar a lógica puramente capitalista baseada no tripé: produção – riqueza – bem estar e, adotar a lógica pautada na terra – trabalho – emancipação social e, assim o desenvolvimento ultrapassaria suas



características ligadas ao modelo dominante e, associaria ao modelo “alternativo”, o qual baseia-se nas ações coletivas planejadas e concretizadas a partir da gestão solidária, da descentralização do poder e, da emancipação social, ressaltando então os princípios de igualdade, solidariedade e proteção à natureza.

O objetivo deste artigo é analisar as formas de organização de uma agroindústria de polpa de frutas existente no assentamento São João II a partir dos aspectos relacionados à agricultura familiar e aos princípios do desenvolvimento alternativo e, da sustentabilidade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que auxiliaram na construção desta proposta, pauta-se na realização de dois momentos. Um que visou contribuir com o modo de interpretação e, assim foi o alicerce para a abordagem discursiva e, outro que orientou o desenvolvimento das etapas de trabalho necessárias para assessorar a análise e, assim será fundamental para a construção da síntese do conhecimento, diante da relação que se estabelece entre o tema proposto e o objeto de investigação escolhido.

A abordagem analítica foi arquitetada no enfoque sistêmico, uma vez que este levou em consideração as atividades, as estruturas, as organizações, as interações e as transições, e, não limitou-se apenas aos organismos e suas partes.

A construção da síntese baseou-se na sistematização e interpretação dos dados obtidos e, compilados, cuja abrangência pode revelar até que ponto o comportamento humano e, a atividade agrícola desenvolvida nos moldes da agricultura familiar, esta ligada ao Desenvolvimento Alternativo e Sustentável e, qual a sua perspectiva futura no espaço rural de Pombal/PB.

A primeira etapa foi composta pela realização da coleta dos dados. Assim, inicia-se pela pesquisa bibliográfica, a qual foram realizadas consultadas aos acervos das bibliotecas da UFCG e UFPB, bem como, a alguns centros de pesquisas, a exemplo da SUDENE (Recife), bem como, documentos e relatórios



que façam parte dos acervos públicos de revistas e dos órgãos de ensino e pesquisa.

Os dados primários foram coletados diretamente no objeto de investigação escolhido e, e foram construídos a partir da utilização de vários instrumentos tais quais: a observação não participante; questionários, formulários e/ou entrevista semiestruturada; mapas e maquetes; imagens de satélite e fotografias aéreas (para demonstrar a situação atual da unidade de produção).

O universo da pesquisa refere-se à definição da área e de atores sociais envolvidos durante o processo de construção da pesquisa. Definiu-se enquanto recorte espacial uma área localizada no município de Pombal/PB. Refere-se à área de instalação de um assentamento rural fruto do programa de crédito fundiário denominado como São João II.

Esta terra foi adquirida pelos agricultores familiares através da criação da associação de produtores rurais composta por 15 famílias de assentados, que já residiam e trabalhavam na terra quando ela foi posta a venda pelas pessoas que herdaram esta terra. O assentamento então ocupa uma área de 266 hectares. E, como alternativa para enfrentar os momentos de dificuldades, associação criou também uma cooperativa de polpa de frutas, denominada como Fonte do Sabor. Daí este ser um elemento fundamental para contemplar o universo da pesquisa.

RESULTADOS PARCIAIS

- O espaço rural municipal e, seu contexto

O município de Pombal, que faz parte da microrregião de Sousa, é o único a acompanhar em números o município de Sousa que dispõe de obras hídricas, tal qual o perímetro irrigado e, as Várzeas. Assim, o mesmo destaca-se pelo número de estabelecimentos produtivos voltados à agricultura familiar e, também pelo número de estabelecimento que criam boi e, aves (IBGE, Censo Agropecuário de 2006; IBGE, Produção Agrícola Municipal, Série Histórica de 1990 a 2011). É na verdade uma maneira para destacar a existência de sistemas poliprodutivos, ou seja, os estabelecimentos da agricultura familiar geralmente combinam as culturas



temporárias com a criação de animais e, até mesmo com outras atividades não agrícolas.

Pombal, é um município que destaca-se pelo fato do Rio Piancó entrecortar a suas terras, bem como, por apresentar em número absoluto uma população rural de 6357 habitantes (IBGE, 2006) que resistem a dificuldades sociais, econômicas e ambientais. Dentre estes habitantes pode-se verificar que 70,8% das pessoas têm relação de trabalho nos estabelecimentos da agricultura familiar. Segundo o IBGE ao realizar a contagem populacional em 2006, cuja divulgação aconteceu no ano de 2007, eram aproximadamente 4.500 trabalhadores rurais, ou seja, naquela data, aproximadamente 14,26% da população do município tinha sua ocupação na zona rural.

Esse número de pessoas na zona rural chega a ser maior que o contingente populacional de muitos municípios paraibanos e, na verdade, espelha a resistência de grupo que vivem dentro de um sistema desigual, como o capitalismo, mas que tem na cooperação, na força de vontade de preservar a família e no amor pela terra, motivações para continuar a batalha.

É bem verdade que não se têm dados oficiais mais atuais que apontem diretamente as especificidades dos trabalhadores da agricultura familiar, mas estes são os que existem e, assim utiliza-se para ter uma noção da importância deste segmento econômico e social para uma unidade territorial nacional.

Existem alguns assentamentos em Pombal, a exemplo de Timbaúba Velha e o São João II, que foram financiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf). Este programa permite a aquisição de terra por meio dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar Nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto Nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, com recursos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído pelo art. 6º da Medida Provisória Nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e regido pelo Decreto Nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008.

O programa apresenta um conjunto de ações que visa, por intermédio de crédito fundiário, a promoção do acesso a terra e investimentos básicos e produtivos, que permitam estruturar os imóveis adquiridos.



Considera-se então que este é um mecanismo complementar aos outros programas de Reforma Agrária e Reordenação Fundiária, pois permite a incorporação de áreas que não poderiam ser contempladas por outros mecanismos de reforma agrária, em particular propriedades inferiores a 15 módulos fiscais ou propriedades produtivas, ampliando a redistribuição de terras, consolidando regimes de propriedade e seu uso em bases familiares.

Os beneficiários do PNCF são parte integrante da Reforma Agrária e têm acesso às políticas de financiamento e de apoio previstos nos programas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, assim como ocorre com outros beneficiários dos demais programas.

- O Assentamento São João II e a Agroindústria Fonte de Sabor

O assentamento São João II é um projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário e, teve sua origem a partir da Propriedade São João pertencente a Hamlet de Assis Arnaud. Após o falecimento do proprietário a terra ficou de herança para as filhas que residiam na Capital de João Pessoa, motivo pelo quais as mesmas resolveram vender a fazenda pelo Programa do Governo Federal Banco da Terra, assumindo assim a categoria de Assentamento.

No ano de 2001 houve a aquisição desta terra por parte dos agricultores familiares. Estes já tinha relação com terra, uma vez que seus descendentes eram meeiros. O assentamento São João II foi criado e, a propriedade foi parcelada em quinze lotes de dezessete hectares. Assim os próprios moradores da fazenda assumiram o papel de assentados, deixando a condição de parceiros para transformarem-se em proprietários.

Ainda durante o processo de integração dos proprietários houve a criação da Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João. O objetivo da associação é prestar serviços que possa contribuir para o fomento da agricultura familiar e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados, integrando suas ações com outros órgãos e instituições empenhadas no desenvolvimento do meio rural.

A economia do assentamento apresenta duas vertentes. Uma ligada à subsistência dos agricultores e, a outra que é voltada à comercialização de



excedentes. A agricultura de subsistência é formada pelo plantio de milho, feijão e tubérculos. E, para a comercialização, os assentados criam animais (bovinos, ovinos, caprinos e, aves), produzem banana irrigada, que é escoada na forma *in natura*, e, também algumas frutíferas como: acerola, goiaba, manga e caju, que são beneficiadas na agroindústria de polpa de frutas (SILVA, 2008).

Em épocas de escassez e/ou redução de precipitações a produção e, comercialização da Polpa de fruta passa a ser a principal alternativa de sobrevivência das famílias. As polpas de fruta são produzidas dentro do assentamento, onde foi criada uma associação e através do convênio pelo Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) do Projeto Cooperar do Governo Estadual instalou-se uma agroindústria denominada como Fonte de Sabor.

Adquirida pelo Programa de Redução a Pobreza Rural (PRPR), a agroindústria Fonte de Sabor tem a missão de produzir e fornecer polpas de frutas com alto padrão de qualidade, além da melhoria da renda familiar dos associados da Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João fomentada pela comercialização solidária das mesmas.

Salienta-se também existe o apoio institucional junto às atividades desenvolvidas no assentamento São João II. A assistência técnica no assentamento é realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB). E, existem projeto específicos desenvolvidos pelo Instituto de Terras e Planejamentos do Estado da Paraíba (INTERPA), pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG – Câmpus Pombal), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), pelo Banco do Nordeste, pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rural de Pombal (STTR), pelo Projeto Cooperar do Governo do Estado/PB e, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL através da Secretaria de Ação Social, da Secretaria de Educação e, pela Secretaria de Agricultura e, também pela ONG ESSOR, através da Association de Solidarité Internationale cujo objetivo foi promover o treinamento de formadores para o empreendedorismo social.

A comercialização é realizada durante dez meses para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e para o Programa Compra Direta da



Agricultura Familiar. Com este fornecimento vinculado aos programas do governo federal em parceria com os municípios é garantido para cada associado uma cota anual de quatro mil e quinhentos reais. Acrescentam-se outros tipos de comercialização e, atinge-se uma média de lucro mensal por associado de setecentos reais. Mas, a divisão do lucro só ocorre após o pagamento das despesas, aí divide-se por todos de forma igualitária.

A agroindústria Fonte de Sabor processa os seguintes frutos: uva, goiaba, manga, acerola, caju, cajá, graviola, maracujá, mamão com acerola, abacaxi com hortelã. A comercialização para os supermercados, lanchonetes e comércio em geral será realizada após aquisição do Serviço de Inspeção Federal (SIF), que se encontra em processo de liberação junto ao MAPA. As atividades de aquisição de matéria-prima, de processamento e de comercialização apontam indícios de vínculos com os princípios do desenvolvimento alternativo, ou seja, pautados nos princípios da autogestão, solidariedade, cooperação, igualdade de gênero e, sustentabilidade ambiental.

O processamento de polpa de frutas congelada inclui uma sequência de etapas que deve ser seguida a fim de se obterem produtos dentro dos padrões de segurança do alimento estabelecidos pelo Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As etapas do processamento serão descritas a seguir:

- ✓ Recepção, seleção das frutas sem danos mecânicos, e higienização prévia;
- ✓ Higienização da estrutura física interna e externa da área de produção e equipamentos, utensílios e reservatórios de água, antes durante e após o processamento seleção das frutas;
- ✓ Seleção da matéria prima, descascamento, retirada de caroços, talos e semente, cortes e preparo para extração da fruta;
- ✓ Despolpamento com auxílio de máquina despolpadeira;
- ✓ Envase em embalagem adequada com auxílio de máquina envasadora e seladora;
- ✓ Congelamento e controle de temperatura dos congeladores;



- ✓ Controle de estoque de entrada e saída da matéria prima, insumos e controle de estoque das polpas de frutas (contagem e data de validade);
- ✓ Venda realizada aos Programas Sociais, organizados por pedidos, data de entrega e demais atividades relacionadas a compras e vendas das polpas produzidas.

CONSIDERAIS FINAIS

Como as frutas existentes no assentamento são produzidas em pequena escala, os assentados, de forma coletiva, compram algumas frutas, a exemplo da graviola, uva e umbu, etc., para complementar o processo agroindustrial, após a fabricação das polpas, as mesmas são comercializadas pelo Programa Federal, conveniado a Prefeitura Municipal denominado Compra Direta da Agricultura Familiar, sendo que, após pagas às despesas com o processo de produção, o saldo é dividido de maneira igualitária entre os assentados, participantes da produção.

Através de relatos dos associados fica claro que, a criação e a continuidade do trabalho realizado junto a Agroindústria Fonte de Sabor resultaram na melhoria da qualidade de vida dos associados gerando inclusão social, através da geração de renda, além do fortalecimento do associativismo, valorização da mulher e do jovem rural.

E, ainda faz parte da concretização dos trabalhos realizados o agraciamento com os prêmios SEBRAE mulher de negócios na categoria Negócios Coletivos (Associação e Cooperativa) nas edições 2010 com 3º lugar, 2011 com 2º lugar e, 2012 com o 1º lugar no Estado.

É perceptível que as pessoas envolvidas no processo de trabalho conseguem apresentar uma forma de organização baseadas em iniciativas coletivas, a partir de uma popular de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro lado, deixa de lado as trocas de favores que possam existir por parte das ajudas estatais para alienar e, tornar reféns as pessoas envolvidas na atividade econômica.

Apesar do apoio institucional existente, mas não verifica-se a centralização da economia através dos meios de produção capitalista, nem



também num regime econômico controlado pelo Estado. Assim, aponta-se uma vinculação com o desenvolvimento alternativo.

Dentre a coluna de sustentação do desenvolvimento alternativo, nota-se que existe uma inclusão da atividade, mas ainda pode ser melhorado os incentivos rumo a implantação dos valores de igualdade e de cidadania. Já verifica-se que os atores sociais tenham iniciativas e poder de decisão. No entanto, na escala local é preciso ainda que haja uma ampliação da produção e comercialização dos produtos da agroindústria, incluindo uma maior divulgação e, também a aquisição de selos para possibilitar a comercialização nos estabelecimentos do núcleo urbano e, região.

Nota-se ainda que a forma de produção é baseada em iniciativas coletivas na agroindústria Fonte de Sabor. E, que o comando do estabelecimento é autônomo e apresenta o poder de autogestão a partir do consenso dos membros vinculados a Associação de Produtores Rurais do Assentamento São João II.

Por fim, nota-se que num cenário de adversidades políticas, sociais e, até mesmo ambientais este é um trabalho que aumenta a estima e, consequentemente fortalece a agricultura familiar, favorecendo um ambiente de disseminação dos princípios do desenvolvimento alternativo e sustentável que visa uma articulação do local para que haja uma transformação social, cultural e política, redesenhado assim um novo tecido social das comunidades rurais no município, no estado e, quiçá no semiárido brasileiro.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

CARVALHO, I. S. H. de; FRANCO, A. B. *O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento*. IN: LENA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em redes**. A era da informação. Vol. 1. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, GRAAL, 2007.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.



_____. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. **O capital – crítica da economia política.** Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Vol. I. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2000.

SANTOS, B. V. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SUDENE. **Nordeste – cidadania e desenvolvimento:** esboço de uma política regional. Recife: SUDENE, 1994.